

# Aula 4

## Os “impérios” da curva do Níger: Gana, Mali e Songai

*Andrea Marzano*

## Meta da aula

Avaliar as características mais importantes dos “impérios” da curva do Níger:  
Gana, Mali e Songai.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar criticamente a utilização dos conceitos de “reino” e “império”, oriundos do estudo de realidades não africanas;
2. reconhecer que os “reinos” e “impérios” não foram o padrão dominante entre as diversas formações sociais do continente africano;
3. definir as principais características dos “impérios” do Gana, Mali e Songai.

## INTRODUÇÃO

Para acompanhar esta aula, você deverá lembrar que as populações africanas possuíam culturas e organizações políticas muito diversificadas, antes da chegada dos europeus. Se existiram “reinos” e “impérios”, dotados de centralização política, inúmeros povos viviam em pequenas aldeias, chefiadas por conselhos de anciãos, em que os conflitos eram muitas vezes solucionados por sociedades secretas de caráter mágico-religioso.

Você deverá recordar, também, que a valorização da história pré-colonial, e particularmente dos chamados “reinos” e “impérios”, esteve relacionada à atuação de historiadores africanos que, nos anos 1950 e 1960, animados pelos movimentos de libertação nacional, buscaram afirmar a dignidade e a grandiosidade do continente, rompendo com a ideia de inferioridade, presente na historiografia colonial.

Por fim, será preciso lembrar que os esforços desses historiadores tiveram estreita relação com o uso de categorias tomadas de empréstimo da história europeia, tais como “reinos”, “impérios” e “dinastias”, já que se pretendia mostrar que a África também possuía, antes da chegada dos europeus, o que se acreditava que de melhor havia sido produzido na Europa.

Esta aula deve ser iniciada, portanto, pela problematização do seu título e do seu recorte temático.

O estudo dos “reinos” e “impérios” africanos é complexo, por vários motivos. Em primeiro lugar, porque as formações sociais do continente sofreram inúmeras modificações ao longo do tempo, mesmo se considerarmos apenas o período anterior à chegada dos europeus. Assim, algumas dessas sociedades sofreram consideráveis transformações ao longo da sua história, e a percepção das mudanças é frequentemente dificultada pela ausência ou, no mínimo, pela carência de fontes escritas.

Em segundo lugar, devemos considerar as dificuldades teóricas e metodológicas inerentes ao estudo dos “reinos” e “impérios” africanos. Através do cruzamento de fontes e abordagens disciplinares variadas, é possível reconstituir parte da história dessas formações sociais. Entretanto, essa história continua a ser investigada e apresentada de forma muito superficial. Por muito tempo, os historiadores debruçaram-se sobre os estados africanos pré-coloniais adotando uma perspectiva mais descritiva que problematizante, mais empenhados em construir a cronologia dos grandes acontecimentos e em salientar a ação dos grandes homens. Mesmo os mecanismos de funcionamento e os arranjos sociais ligados aos processos de formação e desenvolvimento desses estados estiveram, frequentemente, ausentes de suas preocupações.

No entanto, há algumas décadas surgiram novos debates em torno de questões importantes para o estudo das formações sociais africanas. Entre eles, destacam-se o questionamento da distinção entre sociedades sem estado e sociedades estatais; a análise das condições, das formas e das causas da passagem de um modelo para outro; a investigação da articulação entre centro e periferia nos chamados “impérios” e as formas de integração entre ambos; a crítica à qualificação de certos poderes de mando como “tradicionais”. Definir uma autoridade – ou uma sociedade, religião etc. – como “tradicional” seria depreciativo, já que tal caracterização partiria de uma concepção de “moderno”, associada, evidentemente, às sociedades europeias. Além de preconceituosa, tal designação seria imprecisa, já que poderes, crenças e formações sociais muito diversas seriam qualificados, indistintamente, como “tradicionais”. Mesmo reconhecendo tais problemas e imprecisões, decidimos manter, nesta e em outras aulas, o uso da categoria “tradicional”, remetendo a poderes e realidades que, embora muito distintos, compartilham o fato de serem criações dos próprios africanos.

Esses novos debates incluem, evidentemente, a crítica ao uso de categorias derivadas da história europeia para a análise do passado das sociedades africanas, que geraria importantes problemas



conceituais. A bibliografia dedicada ao tema frequentemente utiliza, sem distinção, as expressões “reino” e “império”, para se referir às mesmas formações político-sociais. Por vezes, a menção ao “império” do Mali é seguida, linhas depois, pela referência ao “imperador” como “rei”. O mesmo “império”, por sua vez, aparece denominado como “reino” em textos de outros autores. Assim, vale registrar um alerta: quando se decide manter a designação de “reinos” e “impérios” para certas organizações político-sociais africanas, isso se deve, acima de tudo, à percepção de que a invenção de outras categorias seria trabalhosa e acabaria gerando outros problemas.

A opção pelo uso de tais categorias exige, evidentemente, que se leve em conta algumas especificidades. Uma delas é a reduzida dimensão dos “impérios” africanos, quando comparados aos asiáticos e europeus. A China imperial ocupava um território de 3 ou 4 milhões de quilômetros quadrados. O Império Russo, no século XVII, tinha cerca de 2,5 milhões de quilômetros quadrados. As possessões espanholas tinham controle efetivo de mais de 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Na África, em contraste, estados como Songai, definidos pelos historiadores como grandes “impérios”, controlavam áreas de 500 mil a um milhão de quilômetros quadrados. Estados na escala de Songai ocupavam apenas uma parte da África Subsaariana, sobretudo os ricos vales dos rios nas regiões ocidentais e centrais. Fora dessa área não existiam estados com territórios tão vastos. No total, talvez apenas 30% do continente fosse ocupado por estados com território superior a 50 mil quilômetros quadrados, e pelo menos metade dessa área era ocupada por estados de tamanho médio (de 50 a 150 mil quilômetros quadrados). No resto da África Atlântica, espalhavam-se pequenos e até mesmo minúsculos estados.



### Atende ao Objetivo 1

1. Um dos problemas subjacentes à utilização dos conceitos de “reino” e “império” para o estudo de realidades africanas diz respeito à dimensão territorial dessas formações sociais no continente e fora dele. Explique.

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

### *Resposta Comentada*

Mesmo os maiores “impérios” africanos tinham dimensões territoriais reduzidas, quando comparados aos asiáticos e europeus. Se decidirmos utilizar os conceitos de “reino” e “império” para o estudo de realidades africanas, devemos levar em conta essa especificidade. A China imperial ocupava um território de 3 ou 4 milhões de quilômetros quadrados. O Império Russo, no século XVII, tinha cerca de 2,5 milhões de quilômetros quadrados. As possessões espanholas tinham controle efetivo de mais de 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Na África, em contraste, estados como Songai, definidos pelos historiadores como grandes “impérios”, controlavam áreas de 500 mil a um milhão de quilômetros quadrados. Estados na escala de Songai ocupavam apenas uma parte do continente, sobretudo os ricos vales dos rios nas regiões ocidentais e centrais. Fora dessa área não existiam estados com territórios tão vastos. No total, talvez apenas 30% do continente fosse ocupado por estados com território superior a 50 mil

quilômetros quadrados, e pelo menos metade dessa área era ocupada por estados de tamanho médio (de 50 a 150 mil quilômetros quadrados). No resto da África Atlântica, espalhavam-se pequenos e até mesmo minúsculos estados.

---

Haveria, ainda, outro problema de fundo quando falamos em “reinos” e “impérios” africanos. O ocidente refletiria sobre as organizações políticas em termos de centralização: “reinos”, “impérios”, “estados”. As sociedades africanas, em contraste, pensariam a política em termos de composição de poderes. Para os ocidentais, o pertencimento ao mundo e a relação com o estado se dariam a partir da noção de indivíduo. Na África, não haveria a ideia de um indivíduo que se relaciona diretamente com o estado. Seu pertencimento social seria relacionado, necessariamente, ao grupo. Por esse motivo, um dos maiores desafios inerentes ao processo de formação dos “reinos” e “impérios” africanos seria a diferenciação do soberano de seu grupo de origem, de modo que ele pudesse agir de forma neutra diante de todos os grupos por ele governados. Em algumas sociedades, definiu-se que a única forma de obrigar o novo “rei” a desligar-se da sua linhagem era obrigá-lo a quebrar um grande tabu, mantendo, por exemplo, relações sexuais com a própria irmã em uma cerimônia pública. Caso ele sobrevivesse ao ritual, estaria desligado de forma plena e irreversível de sua linhagem e, portanto, habilitado para o exercício da nova função.

Da dificuldade de desligamento pleno do soberano dos interesses do seu grupo de origem resultaria, inclusive, certa divisão dos poderes em alguns estados africanos. O poder “interno”, ligado aos assuntos comunitários ou “domésticos”, seria colegiado, composto. Apenas o poder “externo”, voltado para a relação com outros povos e estados, ficaria a cargo do poder central, do “rei” ou “imperador”.

---

### **Linhagem**

Grupo formado por pessoas que possuem uma única linha de descendência (patrilinear ou matrilinear), traçada a partir de um antepassado comum. Ninguém pode pertencer, ao mesmo tempo, a mais de uma linhagem, mas todos pertencem a uma linhagem e possuem laços com outras linhagens.

Nas sociedades matrilineares – caso da maior parte das sociedades da África Subsaariana –, a descendência é transmitida pela linha materna. O filho de uma mulher pertence à linhagem desta, e não à linhagem paterna.

### **Clã**

Grupo social que atribui a si um antepassado comum. Pode incluir várias linhagens. Trata-se, no entanto, de um conceito que dá margem a várias interpretações, não havendo pleno consenso sobre o seu significado.

Como vimos, grande parte dos povos africanos vivia em aldeias de pequeno ou médio porte – que podiam ou não ser interligadas a outras aldeias por redes de comércio, clãs ou linhagens –, governava-se pelos costumes e solucionava seus conflitos através dos conselhos de anciãos ou de sociedades secretas de caráter mágico-religioso. Assim, a África possuía diferentes formas de organização político-social antes da chegada dos europeus – desde as “sociedades sem estado” já mencionadas até as cidades-estado, os “reinos” e o que alguns autores denominam grandes “impérios”, que controlavam vários povos e amplas extensões territoriais (para os padrões africanos).

Para alguns autores, as sociedades com poder político descentralizado eram mais complexas e sofisticadas do que se costuma supor, possuindo maior estabilidade que os “reinos” e “impérios”. A centralização do poder não necessariamente implicava em desenvolvimento político e cultural superior. Em muitas sociedades com poder político descentralizado, a **linhagem** ou o **clã** formavam unidades políticas; cabeças de linhagem ou clã exerciam autoridade, embora o poder tendesse a ser difuso, levando a que muitos anciãos buscassem o consenso. No entanto, a autoridade religiosa e judicial estava, em muitos casos, nas mãos de certos grupos, sugerindo a especialização das funções.



---

### Atende ao Objetivo 2

2. É possível afirmar que os “reinos” e “impérios” não foram o padrão dominante entre as diversas formações sociais africanas. Explique.

---

---

---

---

---

### *Resposta Comentada*

Grande parte dos povos africanos vivia em aldeias de pequeno ou médio porte – que podiam ou não ser interligadas a outras aldeias por redes de comércio, clãs ou linhagens –, governava-se pelos costumes e solucionava seus conflitos através dos conselhos de anciãos ou de sociedades secretas de caráter mágico-religioso. Assim, a África possuía diferentes formas de organização político-social antes da chegada dos europeus – desde as “sociedades sem estado” até as cidades-estado, os “reinos” e o que alguns autores denominam grandes “impérios”, que controlavam vários povos e amplas extensões territoriais (para os padrões africanos).

---

Os “reinos” ou “impérios” africanos foram vários, em diferentes épocas. Serão estudados, nesta aula, apenas os “impérios” localizados da curva do rio Níger, na África Ocidental: Gana, Mali e Songai.

É importante salientar que a história desses “impérios” esteve estreitamente relacionada à sua atuação no comércio, sobretudo de ouro e escravos. Na África Ocidental, o ouro era produzido nos atuais Mali e Gana (cujos territórios não correspondem ao dos antigos “impérios”), de onde partia para as rotas transaarianas.

## **Os impérios da curva do Níger e sua ligação com o comércio transaariano**

Como vimos na última aula, o comércio transaariano, especialmente a exportação de ouro e escravos das savanas da África Ocidental para o norte da África, a Península Arábica e o Mediterrâneo, esteve relacionada à formação de três grandes organizações políticas, que alguns autores denominam “impérios” da curva do Níger: Gana, Mali e Songai. Esses três “impérios” tinham “reinos” tributários dotados de grande autonomia no que dizia respeito a costumes, práticas e religiões.

Passemos, então, a uma breve descrição de cada um deles.

### **O “império” do Gana (do século VIII ao século XIII)**

Localizado entre os atuais Mali e Mauritânia, o “império” do Gana controlava o comércio do ouro das minas de Bambuk, localizadas na parte ocidental do atual Mali, ligando-se, através de uma rota comercial, à atual Argélia e ao sul do Marrocos.

Segundo alguns autores, no final do século VIII o Gana já aparecia descrito como “país do ouro” em uma obra de geografia árabe. Já para outros, as primeiras fontes escritas com referências sobre o “império” datam das últimas décadas do século X, produzidas por comerciantes ou religiosos árabes.

O “império” do Gana ficava numa região onde viviam

pastores berberes, que conduziam carneiros e bois, e agricultores negros. Além de ouro, a região possuía fontes de ferro, utilizado na confecção de espadas e lanças. São abundantes as narrativas árabes sobre o poder bélico, a riqueza em ouro e a organização social e política do Gana.

Seus dirigentes eram do povo soninquê e seus domínios cobriam a maior parte dos territórios habitados por esse povo. O poder do “imperador” não era baseado na soberania sobre o território, mas sim sobre as pessoas. Embora ele possuísse uma ampla esfera de influência, os chefes locais frequentemente governavam sem ingerência central, apenas cumprindo os deveres de auxílio militar e pagamento de tributos. Além disso, o “imperador” era auxiliado por um conselho que incluía antigos escravos-soldados com histórias de destaque nos campos de batalha e filhos dos “reis” dos territórios conquistados.

A justiça era exercida diretamente pelo “imperador” na capital, onde ele fazia uma ronda matinal, acompanhado de uma guarda, e solucionava rapidamente os conflitos mais simples. O mesmo era feito, nas outras partes do “império”, por seus representantes.

Embora o “imperador” e seus “súditos” cultuassem diferentes deuses, muçulmanos circulavam livremente pelo “império”, tornando-se, com o passar do tempo, intérpretes, tesoureiros e “ministros”. A capital do “império” continha duas aglomerações, uma destinada aos muçulmanos e outra aos não muçulmanos. Entre elas, uma área de floresta abrigava as residências dos sacerdotes e os locais de culto, bem como as sepulturas “imperiais”.

O “império” do Gana tinha, na vizinhança, “reinos” concorrentes. Assim, a principal preocupação do “imperador” era a defesa, tanto em relação aos vizinhos quanto aos nômades berberes, que podiam atacar as caravanas que transportavam mercadorias através do Saara. As atividades comerciais do “império” ligavam-se à intermediação entre o norte, que comprava ouro, escravos e

marfim, e o sul, que adquiria sal, tecidos de lã e algodão, figos, tâmaras e peças de cobre. Controlando essa rota e cobrando pedágios, o “imperador” do Gana armazenava ouro e evitava a sua desvalorização.

A sucessão no trono era matrilinear, ou seja, o sobrinho do imperador, filho da sua irmã, assumia o poder após a sua morte. Tal característica, bastante comum entre os povos agrícolas sedentários do continente, ali estava associada à busca da certeza da permanência do “sangue real”. Quando falecia, o “imperador” era enterrado com grande pompa, com suas armas, pratos e cabaças. Os cozinheiros e copeiros também eram enterrados, sendo esse costume uma garantia contra envenenamentos, como ocorria na Núbia e no Egito.

Em 1042, um estudioso do Islã que chegara cerca de dez anos antes à região da atual Mauritânia organizou um exército de cavaleiros, camelheiros e infantaria, e deu início a uma *jihād*. Esse movimento, conhecido como Invasão Almorávida, atingiu, além do “império” do Gana, o sul de Portugal e a Espanha. Na parte norte da África Ocidental, a Invasão Almorávida promoveu a conversão de grande parte da população ao islamismo.

A desagregação do “império” do Gana se iniciou com um conflito de sucessão. O surgimento de poderes locais insurgentes, buscando se livrar dos crescentes impostos, teria provocado a sua desagregação em pequenos “reinos” por volta do século XIII. Assim, o Gana teria sobrevivido à expansão Almorávida, sem nunca mais atingir a antiga prosperidade.





**Figura 4.1:** O “império” do Gana em sua máxima extensão.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/18/Ghana\\_empire\\_map.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/18/Ghana_empire_map.png)

## O “império” do Mali (do século XIII ao século XVI)

Após a desagregação do Gana, foi fundado, um pouco mais ao sul, o “império” do Mali, que se desenvolveu através do controle do acesso ao ouro e aos africanos que seriam escravizados.

Segundo alguns autores, existiam vários pequenos estados, por volta do século VIII, na curva do rio Níger, em meio às rotas comerciais. Um deles talvez fosse o embrião do “império” do Mali.

De acordo com a tradição oral, um desses pequenos “reinos” teria se fortalecido entre os séculos XI e XII, com a formação de um exército poderoso e organizado. Com o tempo, vários soberanos dos pequenos “reinos” vizinhos teriam se subordinado voluntariamente a ele, dando origem, em meados do século XIII, ao “império” do Mali.

O Mali não era um estado unitário nem homogêneo e englobava diversas formas políticas locais. A cobrança de tributos em distintas regiões exigia tolerância às particularidades de cada parte do “império”. Nunca foi possível, por exemplo, controlar diretamente as regiões de Bambuk e Buré, produtoras de ouro.

Para alguns autores, o segredo da legitimidade e da extensão territorial do Mali era a sua flexibilidade religiosa, o sistema de controle indireto das províncias, através da cobrança de impostos, a expansão de uma rede de segurança e o estabelecimento de regras judiciais gerais.

A ampliação do poder do “império” do Mali prosseguiu até a primeira metade do século XIV. Apesar da pompa do “imperador”, os povos sob seu domínio viviam em cabanas e cultivavam grãos com técnicas rudimentares. O islamismo, por sua vez, era pouco difundido, embora o “imperador” e as elites dirigentes tenham se convertido cedo à religião muçulmana, tornada oficial. A grande massa de camponeses continuava adepta das religiões “tradicionais”, cujas práticas eram toleradas pelas autoridades, preocupadas apenas com a cobrança de impostos em alimentos e homens para a guerra.

O exército do “império” do Mali era composto por escravos, em sua maioria não muçulmanos, dificultando a expansão da religião. O cerimonial do “imperador” era inovador e seus símbolos – especialmente o guarda-sol – espalharam-se vastamente por toda a região. A estrutura social e política do Mali era complexa. No ápice da pirâmide hierárquica estava o “imperador”, depois dele a linhagem real e, num círculo mais largo, o clã dos Queita. Em seguida, situava-se o povo mandinga e, após ele, todos os outros.

Os filhos dos chefes locais eram levados a viver junto ao “imperador”. Complementarmente, um representante do “imperador” era destinado a viver junto a cada chefe local. Nas regiões estratégicas para o comércio, o governo era exercido diretamente por um representante da família ou por um escravo do “imperador”.

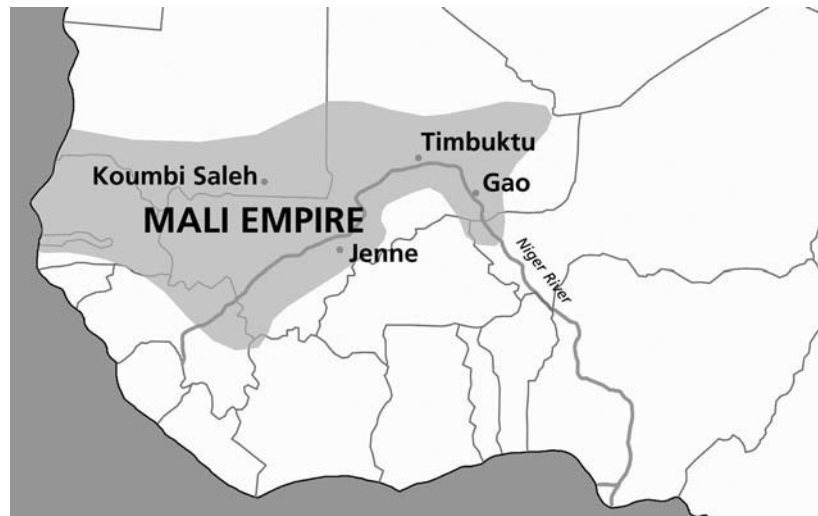
O monopólio comercial dos cavalos, armas e escravos era a base de sustentação do poder “imperial”, e a escravidão era prática comum.

Desde cerca de 1320, quando o “imperador” viajou ao Cairo, o Mali intensificou suas relações com o Egito e os muçulmanos do atual Marrocos. O “imperador” mantinha contatos regulares, também, com a Europa.

Retornando de uma viagem a Meca, o “imperador” do Mali trouxe consigo religiosos muçulmanos, responsáveis pela construção de mesquitas nas cidades de Tombuctu e Gaô. Cidades como Tombuctu e Jenne, que já existiam anteriormente, ganharam novas formas de urbanização, com prédios públicos e mesquitas, além de escolas islâmicas.

Com o desenvolvimento de Tombuctu e Jenne, ocorreu uma ampliação das atividades comerciais, que chegaram cada vez mais próximas da região da floresta onde se trocava sal por ouro, produzido no Gana atual. Também os produtos diversificaram-se, incluindo amendoim, papaia, algodão e noz de cola, demonstrando uma dedicação considerável às atividades agrícolas.

No século XIV, embates sucessórios começaram a provocar o desmoronamento do “império”. As guerras intestinas, com a conseqüente autonomia de “reinos” tributários, enfraqueceram o Mali, facilitando as invasões externas. O declínio foi longo, perdurando por todo o século XV, com a invasão de algumas de suas províncias por povos vizinhos. A capital foi saqueada pelo “império” de Songai em 1545, sendo destruída em 1630.



**Figura 4.2:** O “império” do Mali em 1350.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8f/MALI\\_empire\\_map.PNG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8f/MALI_empire_map.PNG)

## O “império” Songai (do século XV ao século XVI)

Embora já houvesse na cidade de Gao, no século XI, um pequeno estado Songai, o “império” existiu, como grande organização política, desde o início do século XV. Sua formação resultou das atividades expansionistas de uma dinastia de guerreiros, levadas a cabo a partir do final do século XIV.

No século XIV, esse pequeno estado passou a ser tributado pelo “império” do Mali. Apenas no século seguinte, em meio à desagregação do Mali, Songai expandiu-se em direção a áreas daquele antigo “império”. Assim, os songais atacaram territórios do Mali e subjugaram vários povos.

No final do século XV, Songai disputava os espólios do “império” do Mali que ruía. Seu principal interesse era a cidade de Tombuctu, que era o mais importante entreposto comercial da região e concentrava eruditos muçulmanos, sendo também um centro irradiador do islamismo.

Songai saiu vitorioso, tomando Tombuctu, em 1469, dos tuaregues, que haviam instalado um governo na cidade cerca de trinta anos antes. De Tombuctu, o “imperador” de Songai partiu para a conquista de Jenne, que fazia a ligação entre a savana e a floresta.

Como vimos na aula anterior, embora o “imperador” de Songai fosse muçulmano, praticava também os ritos dos antepassados. Segundo a descrição do erudito muçulmano Al-Maghili, a população do “império” incluía um grande número de adoradores de ídolos, árvores e pedras. O que mais chocava o religioso, entretanto, era a prática de sacrifícios.

Na segunda metade do século XV, esse ecletismo religioso provocou a animosidade da elite muçulmana de Tombuctu, defensora de um islamismo supostamente mais adequado à doutrina e às práticas presentes na Península Arábica. A defesa de um islamismo mais “puro” estaria relacionada à percepção do processo de africanização do Islã, discutido na última aula. Tal situação acabaria gerando uma *jihād*.

O chefe militar da *jihād* tomou o poder com a justificativa da defesa do islamismo, transformando-o no culto “imperial”, adotando a sharia e buscando atrair clérigos e legisladores muçulmanos. Religiosos de renome no mundo islâmico passaram a ensinar na universidade-mesquita de Sankore, em Tombuctu. Apesar disso, o islamismo em Songai expandiu-se mas permaneceu nas cidades, sem alcançar as zonas rurais.

Songai era, como os demais “impérios” da região, um tecido de suseranias e obediências, com cada povo mantendo sua organização social, seus costumes e sua religião. No entanto, discrepava de outros “impérios” por conter um grande núcleo, formado por várias províncias governadas por homens de confiança ou parentes do “imperador”. Esses altos funcionários asseguravam a centralização e a unidade do estado.

Havia também, junto ao “imperador”, “ministros” responsáveis por diferentes esferas do “império”. Dentre eles, os mais importantes

dedicavam-se às questões militares. O exército de Songai acabou se profissionalizando, liberando o povo para a produção agrícola, sobretudo de arroz, e gerando uma clara divisão entre civis e militares, esses últimos quase sempre escravos. Baseado na cavalaria, esse exército mantinha-se sempre em ação, combatendo os dissidentes nas fronteiras do "império".

Além de serem soldados e agricultores, os escravos desempenhavam várias funções, atuando como funcionários, artesãos e trabalhadores nas obras públicas.

Segundo os relatos de Leo Africanus, que esteve em Tombuctu em cerca de 1510, o "império" Songai expandiu-se muito, controlando as principais cidades comerciais das rotas transaarianas. Depois disso, voltou suas atenções para o território haussá, no norte da Nigéria atual, subordinando algumas de suas principais cidades-estado.



**Figura 4.3:** O "império" Songai.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Songhai\\_Empire\\_\(orthographic\\_projection\).svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Songhai_Empire_(orthographic_projection).svg)



### **Leão, o Africano (Leo Africanus)**

O diplomata, geógrafo e explorador Leão, o Africano, nasceu em Granada, em 1494, mas cedo se mudou com a família para a cidade de Fez, no Marrocos, onde estudou na universidade de Al Karaouine. Ainda jovem, acompanhou o tio em uma longa viagem diplomática, na qual conheceu a cidade de Tombuctu. Em 1518, foi capturado por corsários espanhóis e entregue ao papa Leão X. Em Roma, converteu-se ao cristianismo e escreveu sua obra mais importante, denominada “Descrição da África e das coisas notáveis que aí existem”. Provavelmente deixou Roma em 1527 e faleceu em Túnis, na atual Tunísia, em 1554, após ter se reconvertido ao islamismo.



Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e3/Leo\\_africanus.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e3/Leo_africanus.jpg)

O apogeu de Songai ocorreu na segunda metade do século XV, quando se tornou o “império” mais extenso da região. Sua prosperidade devia-se aos agricultores escravos e, sobretudo, ao comércio de ouro.

No começo do século XVI, um novo estado surgiu entre Songai e os territórios haussás, passando a anexar as cidades destes últimos. Esse processo teria desencadeado o declínio de Songai, cujo fim definitivo ocorreria no final do século XVI, após um ataque do sultão do Marrocos, que com um grande exército dotado de armas de fogo pretendia controlar o comércio de ouro e escravos.



**Figura 4.4:** Mesquita Djingareiber em Tombuctu, cidade patrimônio da Unesco.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Songhai\\_Empire\\_\(orthographic\\_projection\).svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Songhai_Empire_(orthographic_projection).svg)



## CONCLUSÃO

A história dos “impérios” da curva do Níger possui estreitas relações com o desenvolvimento do comércio transaariano e, conseqüentemente, com o avanço do islamismo no continente africano. Entrelaçando temas como comércio, desenvolvimento urbano, centralização política e islamismo, tal história foi valorizada por estudiosos que, em meados do século XX, sob a influência dos nacionalismos africanos, buscaram apontar, na história da África, realizações compatíveis com as encontradas na história da Europa.

### *Atividade Final*

---

#### **Atende ao Objetivo 3**

Aponte algumas das principais características dos “impérios” do Gana, Mali e Songai, indicando também sua localização e período de existência.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## *Resposta Comentada*

Os três “impérios” estavam localizados na curva do rio Níger, na África Ocidental. Sua posição permitia-lhes fazer a ligação entre o deserto e as savanas, o que explica sua estreita ligação com o comércio transaariano.

Os três possuíam “reinos” tributários, dotados de grande autonomia no que dizia respeito a costumes, práticas e religiões, e sofreram processos de islamização que não impediram a manutenção de crenças e práticas religiosas “tradicionais”. Além disso, todos conheciam e praticavam a escravidão e o comércio de escravos.

O “império” do Gana, existente entre os séculos VIII e XIII, controlava o comércio do ouro das minas de Bambuk, localizadas na parte ocidental do atual Mali, ligando-se, através de uma rota comercial, à atual Argélia e ao sul do Marrocos. A conversão de uma parcela mais ampla da sua população ao islamismo resultou, sobretudo, da Invasão Almorávida, ocorrida no século XI, embora já existisse, antes disso, uma aglomeração de muçulmanos na sua capital.

O “império” do Mali existiu entre os séculos XIII e XVI, tendo se desenvolvido através do acesso ao ouro e aos africanos que seriam escravizados. Seu “imperador” e suas elites dirigentes converteram-se cedo ao islamismo, embora a maioria da população tenha mantido crenças e práticas religiosas “tradicionais”.

O “império” Songai existiu entre os séculos XV e XVI, e sua prosperidade econômica derivava do comércio de ouro e do trabalho agrícola, realizado por escravos. Seu “imperador” era muçulmano mas praticava, também, os ritos dos antepassados. Na segunda metade do século XV, esse ecletismo religioso provocou a animosidade da elite muçulmana da importante cidade de Tombuctu, que defendia um islamismo mais “puro”, supostamente mais adequado à doutrina e às práticas presentes na Península Arábica. Tal situação acabaria gerando uma *jihād*.

---

## **RESUMO**

Analisar as trajetórias dos “impérios” e “reinos” africanos exige, antes de mais nada, considerar que esses conceitos foram cunhados para o estudo de realidades europeias. Mesmo os maiores

estados africanos tinham territórios reduzidos, se comparados aos “impérios” europeus e asiáticos. A dinâmica interna e o funcionamento dos “reinos” e “impérios” africanos guardam inúmeras especificidades, e se optamos por utilizar esses conceitos, nós o fazemos apenas por considerar que a criação de outros seria trabalhosa e não deixaria de gerar novos problemas.

É preciso lembrar, também, que a maioria das populações africanas vivia em aldeias de pequeno porte, que não conheciam poder político centralizado, nas quais os conflitos eram solucionados por conselhos de anciãos ou sociedades secretas de caráter mágico-religioso.

Apesar disso, nas décadas de 1950 e 1960, historiadores africanos motivados pelos movimentos de libertação nacional procuraram afirmar a grandeza e a dignidade do continente, buscando no passado realizações semelhantes às europeias. Assim, essa geração de estudiosos enfatizou o período pré-colonial e, particularmente, os grandes “reinos”, “impérios”, “dinastias” e “civilizações”.

Dentre os “impérios” mais abordados pela historiografia, destacam-se o Gana, o Mali e o Songai, localizados na curva do rio Níger, na África Ocidental. Sua posição permitia-lhes fazer a ligação entre o deserto e as savanas, o que explica sua estreita ligação com o comércio transaariano.

Os três possuíam “reinos” tributários, dotados de grande autonomia no que dizia respeito a costumes, práticas e religiões, e sofreram processos de islamização que não impediram a manutenção de crenças e práticas religiosas “tradicionais”. Além disso, todos conheciam e praticavam a escravidão e o comércio de escravos.

O “império” do Gana, existente entre os séculos VIII e XIII, controlava o comércio do ouro das minas de Bambuk, localizadas na parte ocidental do atual Mali, ligando-se, através de uma rota comercial, à atual Argélia e ao sul do Marrocos. A conversão de uma parcela mais ampla da sua população ao islamismo resultou, sobretudo, da Invasão Almorávida, ocorrida no século XI, embora já existisse, antes disso, uma aglomeração de muçulmanos na sua capital.

O “império” do Mali existiu entre os séculos XIII e XVI, tendo se desenvolvido através do acesso ao ouro e aos africanos que seriam escravizados. Seu “imperador” e suas elites dirigentes converteram-se cedo ao islamismo, embora a maioria da população tenha mantido crenças e práticas religiosas “tradicionais”.

O “império” Songai existiu entre os séculos XV e XVI, e sua prosperidade econômica derivava do comércio de ouro e do trabalho agrícola realizado por escravos. Seu “imperador” era muçulmano mas praticava, também, os ritos dos antepassados. Na segunda metade do século XV, esse ecletismo religioso provocou a animosidade da elite muçulmana da importante cidade de Tombuctu, que defendia um islamismo mais “puro”, supostamente mais adequado à doutrina e às práticas presentes na Península Arábica. Tal situação acabaria gerando uma *jihad*.

## **Informação sobre a próxima aula**

Na próxima aula, estudaremos grandes “reinos” da África Subsaariana: Grande Zimbábue e Monomotapa, na África Oriental, e o “reino” do Congo, na África Centro-Occidental.